

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios encerrou, nesta quarta-feira, 30 de abril, as conciliações nos processos do escritório Jacó Coelho, envolvendo seguradoras e seus clientes. Nos dois dias de trabalhos, 29 e 30/4, o valor negociado foi de R\$ 341.596,33, percentual de acordo 56,3% e 93 pessoas foram atendidas.

Para essas conciliações, foram separados 24 processos: seis de 2ª Instância e 18 de 1ª Instância, originários das circunscrições de Brasília, Ceilândia, Samambaia, Taguatinga e Paranoá. Foram incluídos, no evento, processos da Indiana Seguros S.A, Tokio Marine Seguradora, Allianz Seguros, Itaú Seguros, Mapfre Vera Cruz Seguradora, Mapfre Vida SA, Unibanco Aig Vida e Previdencia, Zurich Minas Brasil Automoveis SA.

As conciliações são promovidas pelo Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação – NUPEMEC e pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Brasília – CEJUSC/BSB e acontecem no 10º andar do Bloco “A” do Fórum de Brasília, Desembargador Milton Sebastião Barbosa. Elas têm início às 12h50 e acontecem de 40 em 40 minutos no CEJUSC/BSB. As partes envolvidas já foram previamente comunicadas para comparecerem no dia, horário e local marcados.

Empresas interessadas em participar de conciliações no TJDFT devem entrar em contato com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Brasília - CEJUSC/BSB pelos e-mails: [cejusc@tjdft.jus.br](mailto:cejusc@tjdft.jus.br) ou [conciliar@tjdft.jus.br](mailto:conciliar@tjdft.jus.br)

A conciliação é uma alternativa simplificada e pacífica de resolução de conflitos judiciais, na qual as partes entram em acordo e encerram o processo judicial de maneira eficaz, rápida e satisfatória para ambos os lados.

O NUPEMEC e o CEJUSC/BSB são vinculados à 2ª Vice-Presidência, comandada pelo desembargador Waldir Leônicio Júnior, que tomou posse dia 22/4, para o biênio 2014-2016. A principal atribuição da 2ª Vice-Presidência é coordenar a política de mediação, de conciliação e de solução adequada de conflitos de interesses no âmbito da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

**Fonte:** [TJDFT](http://tjdft.jus.br), em 30.04.2014.